

EUA não recuam e mantêm o veto ao empréstimo do BID

Oswaldo Peralva

NAGOYA, Japão — A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, disse ontem na tribuna da 32ª Reunião Anual da Assembléia dos Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que é “ilegítima e inaceitável” a vinculação de um empréstimo de US\$ 350 milhões ao pagamento de juros atrasados da dívida externa brasileira. Como se esperava, a ministra criticou duramente a pressão exercida por países integrantes do Grupo dos Sete (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Inglaterra e Canadá) junto ao BID, que classificou de “especialmente decepcionante para o Brasil”. O subsecretário do Tesouro norte-americano, David Mulford, em entrevista à imprensa, respondeu de imediato às alegações de Zélia. Ele reafirmou que os Estados Unidos estão dispostos a levantar seu veto ao empréstimo desde que o Brasil pague os US\$ 9 milhões em juros atrasados que deve aos bancos comerciais.

“Queremos que o Brasil melhore sua posição econômica e acreditamos que a materialização de acordos com credores internacionais e a normalização de relações com a comunidade financeira internacional são parte essencial dessa recuperação”, disse Mulford. “Se não se presta atenção a isso, do nosso ponto de vista, há uma ameaça à saúde e ao bem-estar das instituições financeiras internacionais”, completou.

A abertura da assembléia do BID se deu em ambiente tenso e já eram esperados fortes ataques aos países ricos. Antes da cerimônia, houve gestões para que fossem convocados os diretores executivos do BID, que poderiam aprovar o empréstimo de US\$ 350 milhões. O encontro não aconteceu, mas é possível que ocorra hoje.

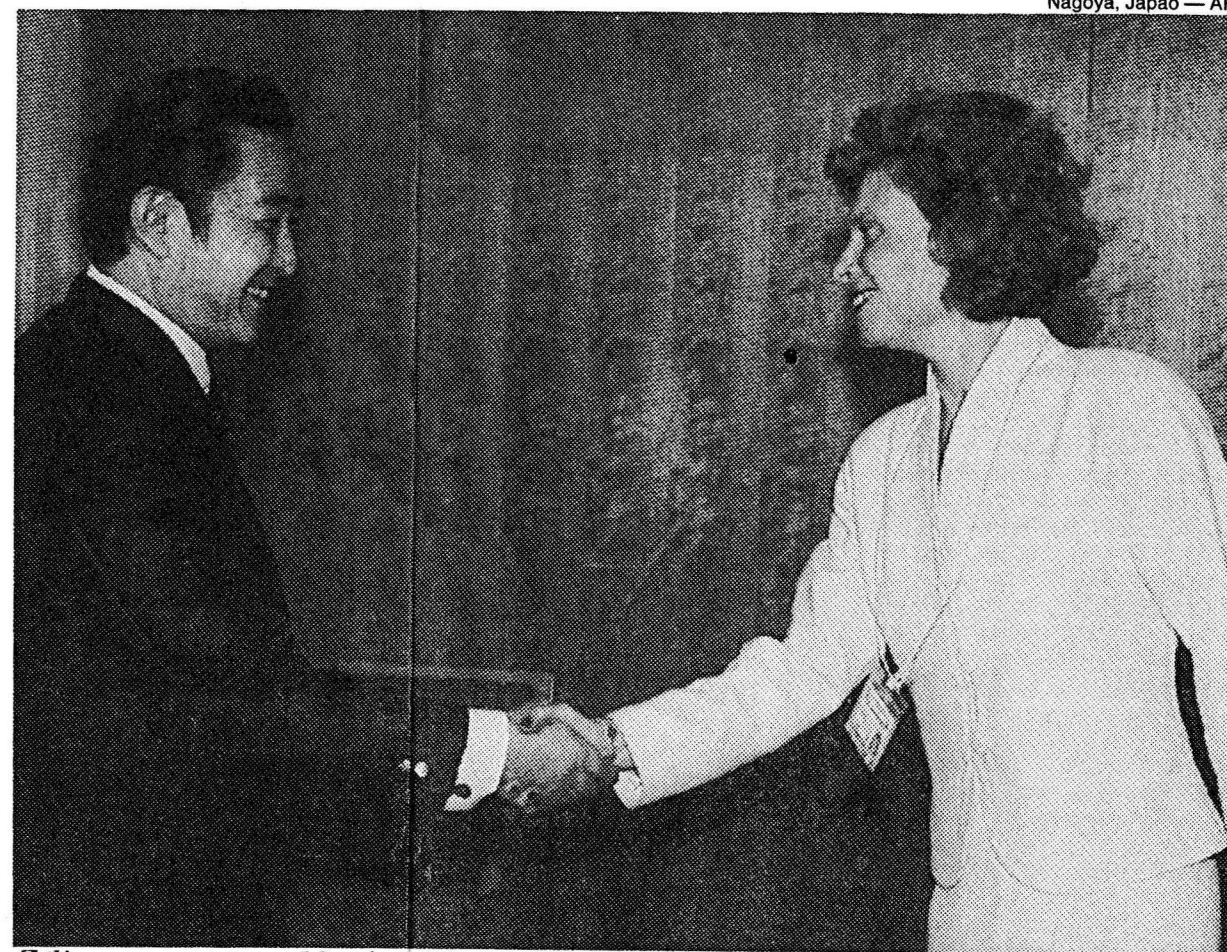
Estabilização — Em seu discurso, a ministra Zélia voltou a bater na tecla de que a estabilização econômica é a prioridade do governo brasileiro. “Voltar a crescer num contexto de maior justiça social é nosso desejo último. A estabilização constitui o pré-requisito necessário e inadiável,

mas olhamos o país numa perspectiva de longo prazo.” Zélia chamou atenção para os reflexos “dos graves desequilíbrios fiscais” que pesam sobre a economia mundial e ressaltou a necessidade de “um decidido ajuste fiscal nos EUA, o que contribuiria decisivamente para relançar, em novas bases, o crescimento da economia mundial”.

Para a ministra da Economia, “o que se verifica é uma assimetria entre países industriais e países em desenvolvimento em termos de distribuição desigual dos sacrifícios impostos às suas respectivas populações”. “Necessitamos de uma economia internacional que seja suporte e não entrave ao nosso desenvolvimento”, afirmou, criticando a ausência dos Estados Unidos, “por longo período”, das grandes iniciativas políticas no diálogo entre as Américas. Zélia lembrou, mais adiante, o programa Iniciativa para as Américas, lançado pelo presidente George Bush no ano passado, que deseja ver “aprimorado e expandido pelo diálogo”. A ministra reivindicou que, além das áreas de comércio, investimento, dívida e meio ambiente, o programa englobe também a tecnologia.

Dívida — Ao mencionar a questão da dívida externa brasileira, Zélia reafirmou que o país deseja um acordo “que possa efetivamente ser cumprido e que não leve a novas renegociações” e garantiu que “as negociações sobre a dívida estão a se desenvolver normalmente”.

No ponto alto de seu discurso, a ministra Zélia atacou frontalmente a pressão exercida pelo Grupo dos Sete para que seja adiada a concessão pelo BID de empréstimo de US\$ 350 milhões para obras de infra-estrutura na área social. “O sétimo aumento de capital deu ao BID os recursos necessários para que o Banco possa desempenhar suas funções, que todos queremos ampliadas. Se o custo de tais recursos for, contudo, transformar o BID em instrumento de políticas unilaterais de um ou mais de seus acionistas, quer para a perseguição de objetivos nacionais de política externa, quer para exercer pressão no âm-



Zélia conversou por 10 minutos com Hashimoto após o duro discurso contra o G-7

bito das negociações econômicas, como as da dívida para com os bancos comerciais, estou convencida de que se terá pago um preço excessivo pelo consenso obtido em Amsterdam”, disse a ministra, referindo-se à reunião realizada no ano passado, na Holanda, quando ficou decidido o sétimo aumento de capital da instituição.

“Certos episódios recentes envolvendo o Brasil no BID são preocupantes e poderiam estar sinalizando no sentido apontado. Refiro-me ao pedido de adiamento, por um grupo de países industrializados, membros do G-7, da consideração de importante projeto de investimento brasileiro na área social. Tal pedido foi formalizado contra a vontade da ampla maioria dos membros do BID, latino-americanos, caribenhos e industrializados, representando cerca de 57% de seu capital”, afirmou Zé-

lia. “Ao colocar em dúvida a capacidade do Brasil, um dos três maiores acionistas do Banco e o maior tomador de seus recursos, de honrar seus compromissos perante a instituição, ignorou-se que o Brasil sempre esteve em dia com seus pagamentos ao BID.”

Segundo a ministra, “tal pedido visa estabelecer vinculação nova, ilegítima e inaceitável entre a consideração de projetos de investimento pela diretoria do BID e as negociações com bancos privados”. “O Brasil e, estou segura, a grande maioria dos acionistas do BID, rejeita tal vinculação”, completou. Zélia reuniu-se por dez minutos com o ministro japonês das Finanças, Ryutaro Hashimoto, e logo depois, em entrevista coletiva, declarou a impossibilidade de um acordo com o FMI nos próximos meses.

Proteção — Após o discurso de Zélia, o subsecretário do Tesouro norte-americano, David Mulford, concedeu entrevista em que negou que os Estados Unidos queiram castigar o Brasil. “O Brasil tem atrasos em somas muito importantes e por longo tempo, e se continuar assim, pode ter afetada a sua capacidade de pagar os juros da dívida”, justificou.

Sobre a convocação extraordinária dos diretores executivos do BID, para a aprovação do empréstimo ao Brasil, Mulford disse que considera o tema complexo. Apesar de Zélia ter garantido em seu discurso que o acordo com o Comitê Assessor dos bancos credores está quase concluído, Mulford manifestou preocupação com a questão dos juros atrasados. Segundo o subsecretário, não se trata apenas de proteger o BID, mas também o Banco Mundial e o FMI.

Nagoya, Japão — AFP